



ESTADO DE MINAS GERAIS

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO DE
MINAS GERAIS

Gerência de Licitações Contratos e Convênios

Termo de Cooperação Técnica Nº

Processo nº 2200.01.0002644/2021-75

Unidade Gestora: APPI/GEA/DCR

**TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA
QUE ENTRE SI CELEBRAM O
INSTITUTO ESTADUAL DO
PATRIMÔNIO HISTÓRICO E
ARTÍSTICO DE MINAS GERAIS E O
CONSELHO DE ARQUITETURA E
URBANISMO DO ESTADO DE MINAS
GERAIS VISANDO A
IMPLEMENTAÇÃO DE AÇÕES
CONJUNTAS.**

O INSTITUTO ESTADUAL DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO DE MINAS GERAIS, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 16.625.196/0001-40, com sede na Praça da Liberdade nº 470, Bairro Funcionários, Belo Horizonte/MG, CEP: 30.140-010, doravante denominado **IEPHA**, neste ato representado por seu Presidente, FELIPE CARDOSO VALE PIRES, CI: MG-1 [REDACTED] 76, CPF nº 06 [REDACTED] -52, e o **CONSELHO DE ARQUITETURA E URBANISMO DE MINAS GERAIS**, autarquia federal de fiscalização profissional regida pela Lei nº 12.378, de 31 de dezembro de 2010, inscrito no CNPJ sob o nº 14.951.451/0001-19, com sede na Avenida Getúlio Vargas, 447, 11º Andar, Bairro Funcionários, CEP 30.112-020, Belo Horizonte– MG, representado neste ato por sua Presidente, MARIA EDWIGES SOBREIRA LEAL, brasileira, arquiteta e urbanista, portadora da Carteira de Identidade nº A [REDACTED] -8, expedida pela CAU/BR, e do CPF nº 48 [REDACTED] -68, doravante designado **CAU/MG**, considerando o constante no processo nº 2200.01.0002644/2021-75, resolvem celebrar o presente Termo de Cooperação Técnica, mediante as seguintes cláusulas e condições:

**1. CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO E SEUS ELEMENTOS
CARACTERÍSTICOS**

1.1. O presente **Termo de Cooperação Técnica** tem por objetivo a cooperação técnica e operacional e o intercâmbio de informações que possibilitem maior eficiência na atuação dos órgãos partícipes no âmbito de suas respectivas atribuições institucionais, sobretudo no que diz respeito a atividades relacionadas ao Patrimônio Cultural.

Parágrafo único – O presente **Termo de Cooperação Técnica** será regrado, no que couber, pelo art. 116 da Lei Federal 8.666/93 que institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências.

2. CLAUSULA SEGUNDA – DA PARTICIPAÇÃO DO IEPHA/MG

2.1. Ao **IEPHA/MG**, caberá:

a) Articular em parceria com o partícipe, encontros, oficinas, seminários e cursos de capacitação voltados para os gestores regionais e municipais visando a divulgação e aprimoramento de suas atividades relativas ao objeto do presente **Termo de Cooperação Técnica**.

- b) Participar das reuniões técnicas com representantes do CAU/MG para discutir estratégias de ação visando o aprimoramento das atividades relativas ao objeto do presente **Termo de Cooperação Técnica**;
- c) Construir e publicar de forma conjunta com o CAU/MG materiais de divulgação relacionados ao objetivo do presente **Termo de Cooperação Técnica**, bem como validar conjuntamente o conteúdo e a arte final dos materiais antes da divulgação.
- d) Cooperar tecnicamente na disponibilização de dados e troca de informações visando a divulgação e aprimoramento das atividades relativas ao objeto do presente **Termo de Cooperação Técnica**;
- e) Informar sobre todas as medidas administrativas ou judiciais tomadas, em decorrência de ações oriundas deste **Termo de Cooperação Técnica**.

3. **CLÁUSULA TERCEIRA – DA PARTICIPAÇÃO DO CAU/MG**

3.1. Ao CAU/MG, caberá:

- a) Promover em parceria com o partícipe, encontros, oficinas, seminários, cursos de capacitação voltados aos gestores e servidores públicos, visando o aprimoramento de suas atividades relativas ao objeto do presente **Termo de Cooperação Técnica**.
- b) Participar das reuniões técnicas com representantes do Instituto para discutir estratégias de ação visando o aprimoramento de suas atividades relativas ao objeto do presente **Termo de Cooperação Técnica**;
- c) Construir e publicar de forma conjunta com o Instituto materiais de divulgação relacionados ao objetivo do presente **Termo de Cooperação Técnica**, bem como validar conjuntamente a arte final dos materiais antes da divulgação;
- d) Informar sobre todas as medidas administrativas ou judiciais tomadas pelo CAU/MG, em decorrência de ações oriundas deste **Termo de Cooperação Técnica**.

4. **CLÁUSULA QUARTA – DA VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO**

4.1. O presente **Termo de Cooperação Técnica** vigorará pelo prazo de 60 (sessenta) meses, a partir da sua assinatura.

Parágrafo único – Este **Termo de Cooperação Técnica** será executado de acordo com prazo e as etapas descritas no Plano de Trabalho anexo (43737375).

5. **CLÁUSULA QUINTA – DOS RECURSOS HUMANOS**

5.1. Os recursos humanos utilizados por qualquer dos partícipes nas atividades inerentes ao presente **Termo de Cooperação Técnica** não sofrerão alterações na sua vinculação empregatícia e/ou funcional com as instituições de origem, às quais cabem responsabilizar-se por todos os encargos de natureza trabalhista, previdenciária, fiscal e securitária decorrentes.

6. **CLÁUSULA SEXTA – DO SIGILO**

6.1. Os partícipes se comprometem a respeitar as normas legais de sigilo ao acesso dos dados e informações partilhadas nos termos do presente **Termo de Cooperação Técnica**, ficando expressamente vedadas a reprodução, cessão, doação, repasse e exploração das informações para fins diversos da estrita finalidade pactuada neste instrumento, sob pena da rescisão do presente Instrumento e incidência de penalidades legais.

7. **CLÁUSULA SÉTIMA – DOS CASOS DE RESCISÃO E DENÚNCIA**

7.1. O presente **Termo de Cooperação Técnica** poderá ser denunciado a qualquer tempo e por qualquer dos partícipes, mediante comunicação por escrito, sendo que a parte notificada terá o prazo de 30 (trinta) dias para se manifestar. Durante esse período as partes permanecem sujeitas ao cumprimento das disposições nele contidas.

7.2. Constitui motivo para rescisão de pleno direito o inadimplemento de quaisquer de suas cláusulas, o descumprimento das normas estabelecidas na legislação vigente ou a superveniência de norma legal ou fato que torne material ou formalmente inexecutável o objeto deste **Termo de Cooperação**

Técnica.

8. CLÁUSULA OITAVA – DAS ALTERAÇÕES

8.1. Este **Termo de Cooperação Técnica** poderá ser modificado a qualquer tempo, mediante a anuência dos partícipes, por intermédio de Termo Aditivo, com publicação no Diário Oficial da União.

9. CLÁUSULA NONA – DA PUBLICAÇÃO

9.1. O presente **Termo de Cooperação Técnica** será publicado no Diário Oficial da União, pelo CAU/MG.

10. CLÁUSULA DÉCIMA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Este **Termo de Cooperação Técnica** não acarreta ônus financeiro aos partícipes, pelo que não se consigna dotação orçamentária para seu cumprimento.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DOS CASOS OMISSOS

11.1. Os casos omissos ou excepcionais, não previstos neste **Termo de Cooperação Técnica**, serão resolvidos conjuntamente pelos partícipes, respeitadas e observadas as disposições legais pertinentes e os regimentos de cada um.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO FORO

12.1. Fica eleito o foro da Justiça Federal, na Seção Judiciária de Minas Gerais, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir quaisquer questões oriundas do presente **Termo de Cooperação Técnica**.

E, para firmeza e prova de assim haverem, entre si, ajustado e acordado, após ter sido lido juntamente com seu(s) anexo(s), o presente Termo de Cooperação Técnica é assinado eletronicamente pelas partes.

FELIPE CARDOSO VALE PIRES
Presidente do IEPHA/MG

MARIA EDWIGES SOBREIRA LEAL
Presidente do CAU/MG

TESTEMUNHAS:

Nome

CPF:

Assinatura:

Nome

CPF:

Assinatura:



Documento assinado eletronicamente por **MARIA EDWIRGES SOBREIRA LEAL, Usuário Externo**, em 13/04/2022, às 11:57, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Felipe Cardoso Vale Pires, Presidente(a)**, em 17/04/2022, às 15:10, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Ramon Vieira Santos, Servidor (a) Público (a)**, em 19/04/2022, às 11:48, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Guilherme Alves Ferreira e Oliveira, Usuário Externo**, em 20/04/2022, às 12:26, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **43730113** e o código CRC **BD76E19E**.